

Gustavo Souza Barbosa

Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Recife, Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
gustavosouza@recife.ifpe.edu.br

A Mata Meridional Pernambucana e o subdesenvolvimento: uma aproximação a partir da teoria de Celso Furtado

Resumo

No século XX os debates econômicos voltavam-se, sobretudo, às teorias clássicas para explicar o processo de desenvolvimento das nações, havendo uma lacuna quanto à reflexão específica sobre países e regiões periféricas. Diante da incapacidade em explicar o subdesenvolvimento destas áreas, Celso Furtado, dentre outros economistas, passou a avaliar a permanência do subdesenvolvimento como um traço histórico-estrutural da formação das economias periféricas. Neste contexto, enquadra-se a Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, constituída desde o período colonial a partir da indústria canavieira e que, na atualidade, mantém padrões de subdesenvolvimento típicos daquela fase. Tomando-se como hipótese a validade das reflexões furtadianas para a compreensão do subdesenvolvimento microrregional e mediante pesquisa bibliográfica e levantamento de dados, o presente texto tem como objetivo geral avaliar a pertinência da teoria desenvolvida por Furtado quanto à análise do quadro de subdesenvolvimento da Microrregião na atualidade. Como objetivos específicos busca-se relacionar o desenvolvimento de economias centrais e periféricas; descrever o processo de subdesenvolvimento; e identificar elementos socioeconômicos que caracterizam a Microrregião atualmente. Tendo em vista as características histórico-estruturais locais conclui-se que as reflexões engendradas pelo autor são aplicáveis à compreensão da permanente, mas não inalterável, situação de subdesenvolvimento microrregional.

Palavras-chave: Centro-periferia, Subdesenvolvimento, Mata Meridional Pernambucana.

Abstract

MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA AND UNDERDEVELOPMENT: AN APPROACH THROUGH THE CELSO FURTADO'S THEORY

In the twentieth century the economic debates turned mainly to the classical theories to explain the process of development of the nations, and there is a gap regarding the specific reflection on countries and peripheral regions. Faced with the inability to explain the underdevelopment of these areas, Furtado, among other economists, began to evaluate the persistence of underdevelopment as a historical-structural trait of the formation of peripheral economies. In this context, the Mata Meridional Pernambuco, constituted since the colonial period from the sugar cane industry and which at present maintains patterns of underdevelopment typical. Taking as a hypothesis the validity of Furtado's reflections for the understanding of microregional underdevelopment and from bibliographical research and data collection, the present text has as general objective to evaluate the pertinence of the theory developed by Furtado in the analysis of the framework of underdevelopment of the Microregion today. Specific objectives are related to the development of central and peripheral economies; describe the process of underdevelopment and; identify socioeconomic elements that characterize the Microregion today. Through the local historical-structural characteristics, it is concluded that the reflections generated by the author are applicable to the understanding of the permanent, but not unalterable, of microregional's underdevelopment.

Key-words: Center-periphery, Underdevelopment, Mata Meridional Pernambuco.

1. Introdução

No século XX os debates econômicos voltavam-se sobretudo às chamadas teorias clássicas para explicar o processo de desenvolvimento das nações. Segundo esta visão, todos os países se tornariam no futuro desenvolvidos; o subdesenvolvimento seria, portanto, apenas uma etapa a ser superada, mas, e quanto aos países e regiões que não apresentavam significativas taxas de crescimento, modernização e dinamismo econômico? Conseguiriam superar tais dificuldades e algum dia alcançarem o desenvolvimento no contexto do sistema capitalista?

Diante das tradicionais teorias econômicas e sua incapacidade em explicar o subdesenvolvimento das economias periféricas, Celso Furtado e Raul Prebisch, dentre outros economistas vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), passaram a questionar se a situação periférica e subdesenvolvida de algumas nações não

seria mais um traço histórico-estrutural de sua formação do que uma mera fase no decorrer de seu desenvolvimento.

Das reflexões cepalinas surgiram análises voltadas especificamente não para o desenvolvimento, mas para a permanência do subdesenvolvimento em nações e regiões da periferia capitalista; neste contexto, enquadra-se a Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, instituída pelo IBGE e que engloba vinte e um municípios direta ou indiretamente originados a partir da indústria da cana-de-açúcar, instituída no nordeste brasileiro ainda no período colonial. Analisar este recorte é, portanto, refletir sobre uma espacialidade periférica construída a longa data e que, na atualidade, mantém padrões de subdesenvolvimento típicos do Brasil Colônia.

Tomando-se como hipótese a validade das reflexões de Celso Furtado para a compreensão do subdesenvolvimento microrregional e a partir da pesquisa bibliográfica em obras, sobretudo do próprio autor, e do levantamento de dados de diferentes temporalidades e espacialidades, o presente texto tem como objetivo geral avaliar a pertinência da teoria desenvolvida por Furtado quanto à análise do quadro periférico de subdesenvolvimento da Microrregião na atualidade. Como objetivos específicos busca-se relacionar o desenvolvimento de economias centrais e periféricas; descrever o processo de subdesenvolvimento e; identificar elementos socioeconômicos que caracterizam a Mata Meridional Pernambucana atualmente.

O texto, além da introdução, encontra-se estruturado em três seções. Inicialmente é realizada uma aproximação quanto à construção e inter-relação do centro e da periferia no sistema capitalista; em seguida são abordados alguns elementos que caracterizam as economias subdesenvolvidas como um todo e, por fim, elementos característicos da condição de subdesenvolvimento da Microrregião são apresentados para, posteriormente, serem analisados nas considerações finais.

2. A relação centro-periferia

Nos anos 1950, a CEPAL, a qual Celso Furtado integrava, inaugurou a reflexão quanto às economias chamadas subdesenvolvidas a partir da

aplicação do modelo centro-periferia. A partir desta abordagem a ideia de desenvolvimento econômico passou a ser vista com outro olhar, mais “pessimista”, através do qual considerou-se que nem todos os países alcançariam tal estágio em consequência, sobretudo, da desigual relação comercial entre nações centrais e periféricas. Esta nova abordagem, por sua vez, foi de encontro à ideia de desenvolvimento estabelecida pelos economistas clássicos: para o próprio Adam Smith, segundo Furtado (1979, p. 11), “a ideia de desenvolvimento surge explicitamente e de forma dogmática, segundo ele [Smith], o progresso econômico é um fenômeno natural e que ocorre em ‘quase todas as nações [...] mesmo naquelas que não têm desfrutado governos dos mais prudentes e parcimoniosos’” (SMITH, 1904, p. 326 apud FURTADO, 1979, p. 11). Considerar o subdesenvolvimento como permanente, não transitório, significou romper com toda ideologia “positiva” quanto ao desenvolvimento econômico global.

O modelo centro-periferia surgiu para explicar como se dava o progresso técnico na economia global e a distribuição dos seus ganhos. Conforme o modelo, a divisão internacional do trabalho teria provocado, desde o início do capitalismo industrial, século XVIII e, sobretudo, XIX, efeitos diferenciados na economia mundial, que passou a apresentar variadas formas de crescimento em termos de estágios de desenvolvimento (CALAZANS, 2007). Neste contexto, algumas economias, principalmente as europeias, na vanguarda da industrialização, passaram a concentrar e comandar o desenvolvimento mundial, enquanto que outras nações, “atrasadas” do ponto de vista da dinâmica industrial, eram comandadas por aqueles centros.

Furtado considerou que a Revolução Industrial significou uma ruptura qualitativa na economia mundial da época, “ao mesmo título da descoberta do fogo, da roda ou do método experimental” (FURTADO, 2009, p. 148), ao transformá-la rápida e radicalmente, principalmente quanto à introdução de novas técnicas, ao aumento na oferta de produtos, e, conseqüentemente, à queda nos seus preços, ao lucro, à oferta de mão de obra, aos salários, aos custos de produção e à elasticidade dos preços para os empresários, dentre outros elementos. Apesar das profundas alterações promovidas pela indústria, as mesmas não foram sentidas numa escala global. O dinamismo em curso restringiu-se à Europa, centro econômico já consolidado desde

o capitalismo mercantil; as regiões periféricas, como a Zona da Mata Nordestina, conheceram poucas alterações em seu papel dentro da divisão internacional do trabalho.

Para Furtado (2009), portanto, foi a Revolução Industrial o grande marco de transformação da economia numa escala global, tornando a Europa o núcleo industrial condicionante do desenvolvimento econômico em quase todas as regiões da Terra, inicialmente numa escala interna ao próprio continente, posteriormente expandindo-se para áreas favoráveis como o Canadá, o oeste estadunidense e a Austrália e, finalmente, para as regiões já ocupadas, algumas densamente povoadas, e com variados sistemas econômicos seculares de natureza pré-capitalista, como a Microrregião da Mata Meridional Pernambucana. Nestas áreas de antiga colonização, o contato das economias capitalistas se deu de forma diferenciada, mas quase sempre criando estruturas híbridas nas quais uma parte se comportava como um sistema capitalista e outra mantinha as características estruturais preexistentes. Quanto à Microrregião em estudo, pode-se observar a agroindústria canavieira e seu próprio processo de modernização como elementos típicos do sistema capitalista, mas, a manutenção das condições socioeconômicas da população local como um todo, por seu turno, caracterizou-se como a citada estrutura preexistente. Foi esse dualismo que, segundo o autor, constituiu o subdesenvolvimento contemporâneo, como “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 2009, p. 161). A partir de suas reflexões, Furtado (2009) conclui que nem todas as economias desenvolvidas à época passaram por uma “fase” de subdesenvolvimento, este seria mais um elemento estrutural na composição da periferia do que uma etapa transicional.

Furtado e Prebisch, dentre outros membros da CEPAL, consideravam que a relação entre o centro industrializado e a periferia fornecedora de matérias-primas era desigual, equivalente e próxima da relação que as metrópoles mantinham com suas colônias. Evidenciaram que a constante e progressiva decadência dos termos de trocas com a periferia seriam incapazes de manter a ilusão de que todos os países seriam beneficiados com a expansão do comércio mundial (CARDOSO, 2015). Eram os interesses do

centro que controlavam a comercialização e a base logística desta no contexto internacional. A própria infraestrutura de transporte que integrava as áreas produtivas periféricas ao comércio internacional era controlada por interesses dos países centrais¹ (FURTADO, 1990), “assim, parte substancial do que se veio a conhecer como comércio ‘internacional’ teve sua origem nas atividades extramuros do núcleo industrial inicial, do qual irradiou a força transformadora que engendrou a estrutura centro-periferia” (FURTADO, 1990, p. 179-180), ou seja, a própria dinâmica econômica de países e regiões geograficamente distantes do centro era comandada por ele e tinha sua reestruturação, em alguns casos consolidação das estruturas criadas, por ele definida.

Além da penetração dos interesses do centro na periferia via controle da infraestrutura de transporte, houve naquela a introdução de novas linhas de produção, particularmente no setor agrícola², no entanto, tais transformações raramente significavam o abandono das formas tradicionais de dominação, com frequência até as reforçavam “mediante a concentração da propriedade da terra e a agravação da instabilidade dos rendimentos monetários dos pequenos agricultores, que se integravam nos circuitos comerciais” (FURTADO, 1990, p. 179). A Microrregião da Mata Meridional Pernambucana neste contexto figura como exemplo particular, por conhecer um processo de modernização industrial que não imprime mudanças significativas na relação socioeconômica estabelecida, pelo contrário, a consolida.

Durante a fase de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, no caso da Mata Meridional Pernambucana ainda no século XVI, observa-se que o impulso de dinamização da periferia origina-se da força gravitacional do centro, do exterior, de onde emanava a relocação de recursos, sua ativação e, posteriormente, seu processo de modernização (FURTADO, 1990). Tudo acontecia “como se a expansão do núcleo industrial provocasse modificações na conformação estrutural de certas regiões que com ele iam entrando em contato” (FURTADO, 1990, p. 182), justamente por tais modificações limitarem-se à reordenação no uso dos recursos já disponíveis, por exemplo, a modernização da secular empresa canavieira: seu impulso na estrutura social existente foi significativamente baixo ou mesmo nulo (FURTADO, 1990), o que pode ser observado quanto à Microrregião em estudo.

As transformações no centro e na periferia eram de natureza diversa: naquele o aumento da produtividade baseava-se no desenvolvimento das forças produtivas (avanço das técnicas); nesta, apesar de em alguns casos passar por processos de modernização, como o foi quanto à indústria canieira, a elevação da produtividade dava-se principalmente como reflexo do processo de especialização num mercado mais amplo e era satisfeita a partir da simples utilização dos recursos disponíveis (FURTADO, 1990), ou seja, sem grandes transformações na estrutura preexistente.

Em síntese, o que caracterizou a formação da periferia foi a dinamização da demanda — modernização — em condições de um relativo imobilismo social causado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. **O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva** (FURTADO, 1990, p. 182, grifo meu).

Quanto à Microrregião da Mata Meridional Pernambucana no contexto da relação centro-periferia, conforme analisado por Celso Furtado e outros, é possível observar seu surgimento como região periférica antes mesmo do processo de industrialização europeu, ainda na fase capitalista mercantil do século XVI, e a permanência da sua condição mesmo diante de mudanças políticas e técnicas. A situação periférica e sua manutenção estrutural trouxeram para a Microrregião condições socioeconômicas inferiores às do Brasil e mesmo do estado de Pernambuco, conforme se observará mais adiante. A teoria do desenvolvimento, ao considerar o crescimento econômico reduzido ou nulo como uma etapa do processo de desenvolvimento mais amplo, não é capaz de contribuir para a compreensão da realidade socioeconômica microrregional; o conceito de subdesenvolvimento, por sua vez, apresenta-se mais adequado.

3. O subdesenvolvimento

Como explicar que países surgidos da expansão econômica da Europa, cujas estruturas foram criadas para facilitar essa expansão, hajam acumulado tanto atraso?
(FURTADO, 1990, p. 166)

É a partir desta questão que Celso Furtado inicia suas reflexões sobre o desenvolvimento. Segundo o autor, a teoria do desenvolvimento, que era discutida nos grandes centros universitários do ocidente, tinha o propósito de tratar da natureza das variáveis não econômicas determinantes para o crescimento da produção de uma determinada economia sem considerar a clara dimensão histórica do desenvolvimento econômico, tornando-o um modelo abstrato e de pouca generalidade (FURTADO, 2009).

As características do subdesenvolvimento, conforme Furtado, são compreendidas a partir da história³ e da estrutura, neste sentido, formula a hipótese de que o “atraso” acumulado por um país pode ser explicado a partir da história, visto que, as políticas econômicas que respondem por ele originaram-se de forças sociais identificáveis e não da mera fatalidade. O estruturalismo, por ele trabalhado nos anos 1950, corrobora com sua hipótese ao destacar a importância da introdução de elementos não econômicos, que são definidos e evoluem no contexto histórico, nos modelos macroeconômicos. Para Furtado (1990), é impossível isolar a análise econômica do seu quadro histórico, sobretudo em sistemas econômicos heterogêneos social e tecnologicamente como são as economias subdesenvolvidas, e como, ainda hoje, pode ser caracterizada a Mata Meridional Pernambucana. Segundo o autor,

o subdesenvolvimento não resulta de transformações endógenas de uma economia pré-capitalista, mas de um processo de enxerto, nesta última, de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão (FURTADO, 2009, p. 174).

As economias subdesenvolvidas são caracterizadas por Furtado pela disparidade tecnológica entre setores de uma mesma economia e pelo acentuado grau de dependência externa quanto à formação de capital, tanto para poupança quanto para inversão real. Considerando-se a história e a estrutura econômica da Mata Meridional Pernambucana, tais elementos

tornam-se evidentes. A instalação da empresa açucareira colonial, por sua própria natureza, voltava-se para a demanda do mercado externo e, posteriormente, mesmo no quadro da independência, manteve sua produção destinada a espaços exteriores ao próprio estado ou ao país; concomitantemente, o baixo dinamismo econômico microrregional era incapaz de promover o desenvolvimento econômico endógeno. Em economias como estas, “a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, no nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema” (FURTADO, 2009, p. 173).

Conforme Furtado (2009), a penetração da empresa capitalista em determinada região não era capaz de alterar significativamente sua estrutura econômica⁴, pois somente uma reduzida porcentagem da mão de obra local era absorvida, assim como seus salários eram definidos pelas condições de vida locais e não pelo nível de produtividade empresarial. Ao penetrar em região de velha colonização e estrutura econômica arcaica, como era a Mata Meridional Pernambucana, a empresa capitalista moderna, neste caso os engenhos centrais e as usinas, não vincularam seus lucros de forma dinâmica (reprodutiva) à economia local, em outras palavras, a expansão econômica do século XIX, impulsionada pelo desenvolvimento industrial na Europa, não foi capaz de expandir na mesma escala o sistema capitalista de produção, originando economias híbridas marcadas pela coexistência pacífica, e por vezes duradoura⁵, de um núcleo capitalista com uma estrutura arcaica raramente por ele modificada.

No contexto microrregional a superação da estrutura herdada do período colonial, mediante “o deslocamento do centro dinâmico para o setor industrial e a mudança dos centros de decisão” (FURTADO, 2009, p. 213), dificilmente poderia ser alcançada, pois, o setor industrial canavieiro mostrava-se como o mais dinâmico há muito tempo, apesar desse dinamismo pouco ser sentido pela sociedade local e fazer-se presente na economia e na política, visto que os usineiros, além de compor o quadro político regional e nacional, contavam com instituições específicas para os seus anseios, como foi o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O Estado, segundo Furtado (2009), havia se tornado o principal centro de decisões

tendo papel básico na consecução do desenvolvimento, por isso a participação de empresários nele.

A partir das observações de Furtado (2009), pode-se concluir que na Mata Meridional Pernambucana coexistiam basicamente dois setores dentro da economia: um no qual predominavam atividades de subsistência com reduzido fluxo monetário e outro englobando as atividades ligadas ao comércio exterior⁶, sobretudo de açúcar. Numa estrutura subdesenvolvida deste tipo, considerada pelo autor “de grau inferior”, os salários provenientes do setor exportador constituíam o único elemento capaz de dinamizar a economia local; era, portanto, a expansão do setor exportador que engendrava o fluxo maior de renda monetária e permitia a absorção de fatores antes ocupados no setor de subsistência. Caso este setor permanecesse estacionário e a população em crescimento, ocorreria a redução do salário real médio e, conseqüentemente, da renda *per capita*. Por tratar-se de uma economia fortemente vinculada à demanda externa (herança histórico-estrutural), as oscilações no mercado açucareiro, constantes diante da concorrência internacional, seriam fortemente sentidas caso não houvesse interesse do Estado e participação empresarial neste para manter seu desenvolvimento de forma artificial, mediante, por exemplo, concessão de subsídios e estabelecimento de cotas de produção.

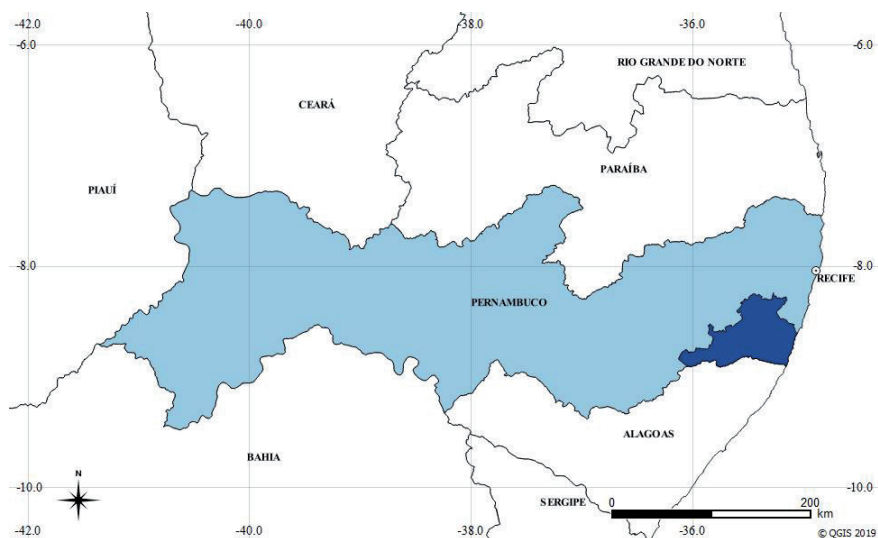
Segundo Furtado, a melhoria absoluta e relativa dos padrões de consumo pode ser observada apenas quanto à população proprietária de fatores, por sua vez, trabalhadores rurais, industriais e empregados em serviços tinham crescimento relativo dos seus salários que, ao mesmo tempo em que aumentavam, transferiam para os grupos superiores, de proprietários, por exemplo, quantidade significativa do incremento vegetativo de sua mão de obra. A ascensão vertical dentro de cada grupo era também mínima, sobretudo dentro da agricultura das regiões mais pobres. “Em síntese, os benefícios do desenvolvimento se distribuíram de forma regressiva, tendo o aumento do consumo alcançado o máximo nas classes proprietárias de fatores e o mínimo na agricultura das regiões de mais baixo nível de vida” (FURTADO, 2009, p. 232); o subdesenvolvimento, portanto, tornou-se a marca de regiões como a Mata Meridional de Pernambuco.

4. O subdesenvolvimento socioeconômico microrregional

Para Celso Furtado, a indústria açucareira como um todo seria a origem da sociedade nordestina. Seu desenvolvimento de forma rápida, diante de uma demanda externa de grandes dimensões, aliada à concessão de privilégios aos donatários das capitanias, indicou explicitamente a preocupação do governo português quanto à produção de cana-de-açúcar, o que trouxe implicações diretas e indiretas para os demais espaços, visto que o desenvolvimento de outras atividades dependia do êxito daquela, como o foi em relação à pecuária praticada, sobretudo no interior da própria região. Os espaços microrregionais nos quais a atividade desenvolveu-se efetivamente, como a Mata Meridional Pernambucana (figura 1), tornaram-se exemplares frutos da relação centro-periferia no contexto da divisão internacional do trabalho no período colonial e posterior a ele, assim como mostram-se na atualidade com espaços ainda subdesenvolvidos que, apesar de registrarem significativas mudanças, ainda não alcançaram o grau de desenvolvimento de outras espacialidades na escala nacional.

Como consequência da centralidade política e econômica, a indústria canavieira alcançou tamanha importância regional que, conforme pôde ser observado, a permitiu preservar sua estrutura e persistência por mais de três séculos de forma praticamente inalterada, a exemplo da manutenção pós abolição da escravatura de relações de trabalho pré-capitalistas por meio de variadas formas de semiescravidão, semiservilismo, de “meia” e de “cambão” (DINIZ, 2009). Esta permanência secular seria a origem do próprio subdesenvolvimento da região, ao gerar grande concentração de renda e pouca demanda econômica interna (FURTADO, 2001 apud CALAZANS, 2007). A esse quadro acrescenta-se os padrões de consumo cosmopolitas das elites regionais ligadas ao setor exportador ou ao Estado, que eram incompatíveis ao nível da renda regional: os excedentes eram consumidos e não investidos, o que impossibilitava a manutenção de um processo de desenvolvimento (DINIZ, 2009), resultando, por fim, na consolidação de uma estrutura subdesenvolvida, ao invés de sua existência como elemento temporário, de transição ao estágio desenvolvido.

Figura 1
MICRORREGIÃO DA MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA



Elaborado por: Autor (2019).

Tomando-se como base uma série de dados de natureza socioeconômica dos anos de 1991 e 2010, disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018), e comparando-os com as escalas estadual e nacional no mesmo período, pode-se constatar que a história e a estrutura engendradas pela indústria canieira deixaram profundas marcas de subdesenvolvimento na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana; esta, porém, tem apresentado significativo ritmo de melhoria, em alguns aspectos até superior aos contextos estadual e nacional, como ocorre quanto ao IDHM (tabela 1).

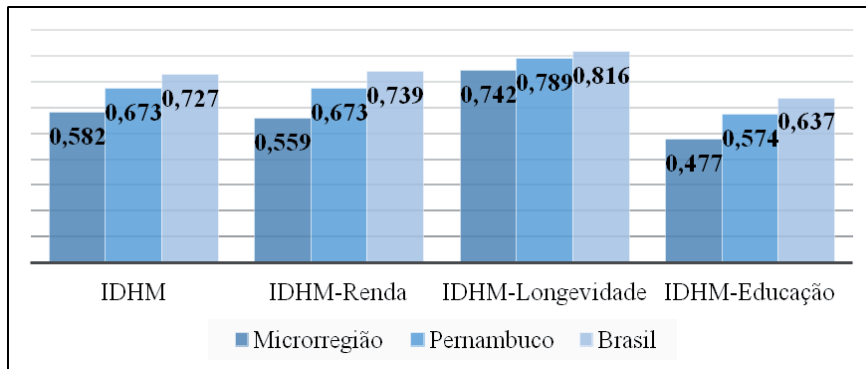
Tabela 1
CRESCIMENTO DO IDHM – 1991-2010, ÁREAS SELECIONADAS

	IDHM	IDHM-Renda	IDHM-Longevidade	IDHM-Educação
Mata Meridional	0,275	0,121	0,191	0,354
Pernambuco	0,233	0,104	0,172	0,332
Brasil	0,234	0,092	0,154	0,358

Fonte: PNUD, 2018

Apesar da Microrregião apresentar valores de crescimento no seu IDHM superiores aos registrados para o estado e o país, exceto no quesito educação (tabela 1), isto não significa sua transição para o estágio desenvolvido, configurando-se simplesmente numa melhoria de suas condições de subdesenvolvimento, visto que a Mata Meridional Pernambucana em 2010 ainda apresentava valores de IDHM inferiores em todos os aspectos comparativamente ao estado de Pernambuco e ao Brasil (gráfico 1).

Gráfico 1
IDHM-2010, ÁREAS SELECIONADAS



Fonte: PNUD, 2018.

Considerando-se a porcentagem da população extremamente pobre, é possível constatar que houve uma redução significativa no Brasil, no estado e na Microrregião, entre 1991 e 2010, o que configura-se como uma melhoria das condições socioeconômicas nestas escalas. No início da década de 1990, 18,64% da população brasileira era extremamente pobre, em Pernambuco tal valor era de 31,6% e, na Microrregião, chegava a 48,49%. Em 2010, tais valores reduziram-se na escala brasileira para 6,62%, em Pernambuco caíram para 12,32% e, na Microrregião, para 16,83%. No Brasil, a porcentagem de extremamente pobres caiu 12,02% no período, enquanto em Pernambuco reduziu 19,28% e, na Microrregião, 31,66% (PNUD, 2018).

Contraditoriamente, a redução da porcentagem de extremamente pobres não foi acompanhada pelo aumento da sua renda *per capita* entre 1991 e 2010 no Brasil, em Pernambuco e na Microrregião. A renda *per capita* da população extremamente pobre foi reduzida no Brasil de R\$ 40,91 para

R\$ 31,66 no período, o mesmo pôde ser observado quanto ao estado, que declinou de R\$ 41,19 para R\$ 33,51, e na Microrregião, que diminuiu de R\$ 41,19 para R\$ 33,46, o que significou uma redução de R\$ 9,25 quanto à escala brasileira, de R\$ 7,22 no contexto estadual e de R\$ 7,73 quanto à Microrregião (PNUD, 2018).

Segundo dados do PNUD (2018), a porcentagem de pessoas de 15 a 24 anos que não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis à pobreza na população desta faixa etária em 2010 era de 28,49% na Microrregião, valor superior ao registrado no estado (18,87%) e no Brasil (11,61%). Comparativamente aos dados de 2000, houve redução nesta taxa que era de 15,4% para o Brasil (redução de 3,79%), 23,17% para o estado (queda de 4,3%) e 34,23% para a Microrregião (redução de 5,74%)⁷.

Quanto à renda *per capita*, conforme o PNUD (2018), houve um aumento tanto na escala brasileira, quanto pernambucana e microrregional no intervalo 1991-2010. Em 1991, tal valor era de R\$ 447,56 para o Brasil, R\$ 275,49 para o estado e R\$ 124,88 para a Microrregião. Em 2010, tais valores ampliaram-se para R\$ 793,87 (Brasil), R\$ 525,64 (Pernambuco) e R\$ 261,95 (Microrregião). Enquanto que a renda *per capita* nacional aumentou R\$ 346,31 neste intervalo, a do estado aumentou R\$ 250,15 e a da Microrregião, R\$ 137,07.

De acordo com o PNUD (2018), quanto à porcentagem da população de 18 anos ou mais ocupada por setor econômico em 2010, na Microrregião predominava o setor de serviços (35,67%), seguido pela agropecuária (29,05%) e pela indústria de transformação (12,03%), quadro semelhante ao do estado, no qual predominavam os setores de serviços (41,71%), agropecuária (18,86%) e comércio (16,27%). Comparativamente à realidade brasileira, o quadro mostra-se significativamente diferente, visto que nesta predominam os setores de serviços e de comércio (44,29% e 15,38%, respectivamente) seguidos pela agropecuária (13,55%).

Conforme o IBGE (2018), o salário mínimo era de R\$ 880,00, em 2016; o salário médio mensal dos trabalhadores da Microrregião era de 1,7 salários mínimos (R\$ 1.496,00), enquanto que na capital pernambucana tal valor era de 3,1 salários mínimos (R\$ 2.728,00). Por sua vez, o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio

salário mínimo em 2010 na Microrregião era de 51,07%, enquanto que no Recife tal valor era de 38,10% (IBGE, 2018).

A taxa de analfabetismo no Brasil, em Pernambuco e na Microrregião foi reduzida entre 1991 e 2010. Segundo o PNUD (2018), em 1991 o Brasil registrava 20,88% de indivíduos analfabetos em sua população, Pernambuco, 35,68%, e a Microrregião, 54,93%. Em 2010, tais valores foram reduzidos para 10,19% em escala nacional, 19,12% na esfera estadual e 30,31% na escala microrregional. Neste intervalo, a diminuição da taxa no país foi de 10,69%, no estado, 16,56%, e, na Microrregião, 24,62%.

Quanto à expectativa de anos de estudo no intervalo 1991-2010, observa-se, de acordo com dados do PNUD (2018), que no Brasil, em Pernambuco e na Microrregião houve aumento. Enquanto que no país tal expectativa era de 8,16 anos em 1991, em Pernambuco e na Microrregião tal valor era menor, de 7,67 e 6,30 anos, respectivamente. Em 2010, a expectativa subiu no Brasil para 9,54 anos, em Pernambuco para 9,13, e, na Microrregião, para 8,82 anos. No Brasil, o aumento foi de 1,38 ano neste intervalo, no estado, foi de 1,46, e, na Microrregião, de 2,52 anos.

Em termos de desenvolvimento econômico relacionado a fatores como IDHM, pobreza, renda *per capita*, ocupação econômica e educação, a Mata Meridional Pernambucana, apesar de significativo avanço, ainda mantém-se aquém dos índices alcançados pelo estado de Pernambuco e pelo Brasil conforme pôde ser observado. Nesta mesma linha e considerando-se as mesmas espacialidades e escalas comparativas, observa-se que em relação a fatores estritamente demográficos os valores apresentados pela Microrregião são também inferiores.

Quanto à expectativa de vida, é possível constatar significativo aumento no intervalo 1991-2010, quando tal valor passou de 58,1 anos para 69,5 anos na Microrregião, um acréscimo de 11,4 anos. No Brasil, tal índice, no mesmo intervalo, passou de 64,7 anos para 74 (aumento de 9,3 anos) e, em Pernambuco, de 62 para 72,3 anos, um acréscimo de 10,3 anos na esperança de vida ao nascer do indivíduo (PNUD, 2018).

A mortalidade infantil na Microrregião declinou de forma significativa em 2010 comparativamente a 1991, neste ano, tal taxa era de 81,42%, enquanto que em Pernambuco e no Brasil o valor era de 62,55% e 44,68%, respectivamente. Em 2010, tal valor caiu na Microrregião para 28,78%, no

estado para 20,43% e, no Brasil, para 16,7%. A redução foi de 52,64% na mortalidade infantil da Microrregião no intervalo considerado, enquanto que no estado a redução foi de 42,12% e no Brasil foi de 27,98%, portanto menores (PNUD, 2018).

Quanto à taxa de fecundidade, no intervalo 1991-2010, houve um declínio tanto no Brasil, quanto no estado e na Microrregião. Ao passo que no Brasil tal taxa era de 2,88, no estado e na Microrregião tais valores eram superiores, 3,31 e 4,5, respectivamente. Em 2010, tais valores declinaram para 1,89 na escala nacional, 1,92 para a escala estadual e 2,5 para o espaço microrregional. Nota-se que no Brasil a redução no intervalo foi de 0,99, em Pernambuco foi de 1,39 e na Microrregião de 2,0 (PNUD, 2018).

A taxa de envelhecimento da população brasileira, pernambucana e microrregional aumentou entre 1991 e 2010 (PNUD, 2018). Na esfera brasileira ampliou-se de 4,83 (1991) para 7,36 (2010), no estado era de 5,39 em 1991, aumentando para 7,37 em 2010, e, na Microrregião, passou de 4,7 (1991) para 6,2 (2010). O aumento foi de 2,53 no Brasil, 1,98 em Pernambuco e 1,5 na Microrregião, valor menor que nas outras espacialidades.

5. Considerações finais

A construção de uma reflexão própria às nações de menor crescimento e dinamismo econômico a partir da análise da relação centro-periferia e do questionamento não da natureza do desenvolvimento, mas do subdesenvolvimento, constituiu um marco quanto aos estudos econômicos ainda na segunda metade do século XX. Celso Furtado, Raul Prebisch e outros estudiosos ligados à CEPAL estão no centro de tais interpretações.

Trazer para a discussão econômica a questão histórica e estrutural significou transitar do teórico ao concreto. Analisar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos tornou-se plenamente alcançável a partir de sua relação com a história e a estrutura na qual encontram-se inseridos. Nesta análise, o espaço geográfico passa a constituir-se também num elemento-chave. A Microrregião da Mata Meridional Pernambucana e seu subdesenvolvimento atual tornam-se facilmente compreensíveis ao realizar-se o proposto retorno histórico-estrutural apresentado por Furtado,

assim como sua noção de subdesenvolvimento como permanência, como característica inerente e/ou dificilmente transformada, e não como etapa transicional de desenvolvimento em economias e regiões periféricas.

Por mais que os dados signifiquem a melhoria em diversos aspectos do quadro socioeconômico microrregional, este ainda apresenta-se inferior ao observado no estado e no Brasil: o IDHM da Microrregião em todos aspectos é inferior ao das outras escalas de comparação; sua população extremamente pobre apresenta valores que superam os que são registrados para o país e para o estado; a redução da renda *per capita* desta população, apesar de ter sido inferior, apresenta efeito minimizado mediante a permanência de maior porcentagem de extremamente pobres; apesar de se observar maior redução na porcentagem de pessoas de 15 a 24 anos que não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis à pobreza na população desta faixa etária, a escala microrregional ainda apresentava em 2010 valor três vezes superior ao registrado na escala nacional; a elevação da renda *per capita* como um todo mostrou-se significativamente inferior na Microrregião em comparação às demais escalas no intervalo 1991-2010; parcela significativa da população microrregional de 18 anos ou mais ainda estava economicamente ocupada em atividades agropecuárias em 2010, o que significa a permanência histórico-estrutural de atividades ligadas ao setor primário da economia. O salário percebido pela população da Microrregião em 2010 era consideravelmente inferior ao da população recifense. Cerca de metade da população da Microrregião tinha rendimento mensal *per capita* equivalente a até meio salário mínimo em vigor naquele ano, o que correspondia a R\$ 255,00.

Quanto a fatores relacionados à educação constata-se que, apesar da redução mais significativa da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2010 ter ocorrido na Microrregião comparativamente à escala estadual e brasileira, em 2010 a área apresentava índice significativamente alto, três vezes superior ao nacional. A expectativa de anos de estudo no período 1991-2010, por sua vez, apresentou na Microrregião o maior crescimento observado em comparação às outras espacialidades, mas não o suficiente para colocá-la em posição equivalente ou superior aos índices de Pernambuco e do Brasil.

No que tange aos dados estritamente demográficos constata-se a permanência das condições de subdesenvolvimento na Microrregião,

realidade semelhante aos índices anteriormente observados. Quanto à esperança de vida ao nascer é possível observar que a Mata Meridional apresentava taxas de crescimento superiores às do estado e do país, porém sem conseguir alcançar em 2010 os valores registrados naquelas áreas; a redução da taxa de mortalidade infantil e da fecundidade ocorreu de forma mais acentuada na Microrregião mas ainda apresentava-se em 2010 superior à do estado e à do Brasil; o aumento da taxa de envelhecimento da população microrregional, apesar de seguir a tendência estadual e nacional, foi menor, refletindo, assim como o menor IDHM no quesito Longevidade, as condições de vida ainda inferiores da população local.

As condições socioeconômicas da Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, por fim, têm melhorado de forma mesmo superior às escalas pernambucana e nacional em diversos aspectos, mas não numa velocidade suficiente para fazê-la alcançar os índices destas áreas, provavelmente em virtude do longo período de estagnação na qualidade de vida e na sua economia ao longo da história.

Assim como Furtado (1990, p. 185), observa-se no espaço microrregional em questão que “dentro do quadro estrutural criado pela economia primário-exportadora, o crescimento econômico tende a reproduzir, agravadas, as desigualdades sociais características do subdesenvolvimento”. Neste sentido, mediante as características histórico-estruturais locais, pode-se concluir que as reflexões engendradas pelo autor são aplicáveis à compreensão da permanente, mas não inalterável, situação de subdesenvolvimento socioeconômico da Mata Meridional Pernambucana.

Notas

- ¹ Na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana o Decreto Imperial n. 1.030, de 07 de agosto de 1852, concedeu aos engenheiros ingleses Edward e Alfred de Mornay o direito à instalação de uma ferrovia entre o Recife e Água Preta e sua exploração por 90 anos, o que originou a Recife and São Francisco Railway Co. Ltda, segunda ferrovia mais antiga do Brasil e primeira do Nordeste (FREITAS; FREIRE; FARIA, s.d.).
- ² “As inovações em escala internacional introduzidas no século XIX determinaram a necessidade de modernização da indústria açucareira, dando margem ao programa imperial de implantação de engenhos de maior produção. Assim, a partir de 1874 foram implementadas melhorias nos banguês [...], surgindo então as fábricas de maior capacidade de produção [...]; quando [propriedade] de empresas comerciais, geralmente estrangeiras, denominavam-se engenhos centrais” (ANDRADE, 2001, p. 272, grifo meu).

- 3 Para Furtado (1979, p.5), “o desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica”.
- 4 Na Mata Meridional Pernambucana era possível constatar que “mantinha-se uma estrutura agrária dual e arcaica, com relações mercantis para fora, ao lado de relações de trabalho pré-capitalistas ou não mercantis, especialmente das atividades voltadas para a subsistência” (DINIZ, 2009, p. 237).
- 5 De acordo com Furtado (2009, p. 223), “a estrutura política do país, favorecendo a permanência dos grupos ligados aos interesses agrários-exportadores nas posições de liderança dificultava a ascensão de elementos representativos das novas forças em progresso e mais capacitadas para captar a nova realidade. Explica-se, assim, que uma autêntica política de desenvolvimento, apoiada na industrialização, encontrasse enormes dificuldades para abrir caminho contra a persistência das velhas ideologias que prevaleciam nas esferas dirigentes do país”.
- 6 Numa representação esquemática desses sistemas, Furtado (2009) chama de “departamento desenvolvido” o setor no qual predomina a moderna tecnologia, seja de produção voltada para o mercado externo ou interno. No caso em estudo tal setor seria representado pela agroindústria canvieira, por sua vez, o núcleo remanescente, de estrutura pré-capitalista, o autor o intitula “departamento atrasado”. Segundo sua análise é a importância relativa do “departamento atrasado” que define o estágio de subdesenvolvimento, enquanto que a função relativa do “departamento desenvolvido” define a taxa de crescimento.
- 7 Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social (2018), 39,38% da população microrregional beneficiava-se do Programa Bolsa Família, índice superior ao do estado de Pernambuco (30,13%) e também bastante elevado comparativamente à capital pernambucana (13,74%), o que corrobora para a identificação da permanência estrutural de importante volume de indivíduos em situação de vulnerabilidade na Microrregião.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e tempo na agroindústria canvieira de Pernambuco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 267-280, 2001. [online]. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9836/11408>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CALAZANS, Rejane. Ambivalências: o Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 75-81, junho 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a06v2264.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CARDOSO, José Luís. Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. **Revista Análise Social**, Lisboa, n. 214, p. 26-42, março 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n214/n214a02.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/setembro 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FREITAS, Marcelo Pontes; FREIRE, Maria Emília Lopes; FARIA, Mariá Silva. Os caminhos do açúcar em Pernambuco: reflexões sobre a relação espacial e operacional da ferrovia com a usina de açúcar. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Pernambuco**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/47107728-Os-caminhos-do-acucar-em-pernambuco-reflexoes-sobre-a-relacao-espacial-e-operacional-da-ferrovia-com-a-usina-de-acucar.html>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979. 344 p.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009. 234 p.

_____. Entre inconformismo e reformismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 166-187, Jan./Apr. 1990. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n8/v4n8a13.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Edited with an Introduction, Notes, Marginal Summary and an Enlarged Index by Edwin Cannan. London: Methuen, 1904.

Recebido em: 24/01/2019

Aceito em: 10/03/2019